

Pressupostos para a intervenção profissional¹ em Serviço Social

Preconditions for professional intervention in Social Service

Teresa Kleba Lisboa^{*}
Edaléa Maria Ribeiro^{**}

Resumo: Este ensaio apresenta alguns pressupostos teórico-metodológicos para a intervenção profissional em serviço social, sinalizando os diferentes campos de atuação e demarcando o espaço sócio institucional como um espaço conflitivo, onde perpassam correlações de forças, e que ao mesmo tempo é pleno de possibilidades. Discute a importância de o profissional apropriar-se do objeto de intervenção que constitui o cotidiano da sua prática, elencando alguns procedimentos metodológicos, enfatizando a importância da interdisciplinaridade na análise e encaminhamento das diferentes situações sociais e conclui que teoria e prática intercalam-se em constante movimento dialético, sendo indissociáveis para um exercício profissional sério e competente.

Palavras-chave: Formação profissional. Intervenção profissional. Serviço Social.

Abstract: This paper presents some theoretical and methodological propositions for professional intervention in social service, indicating the different fields of social and marking the institutional space as a contentious area, where permeate correlations of forces, and at the same time is full of possibilities. Discusses the importance of the professional ownership of the object of intervention which is the everyday practice, listing some methodological procedures, emphasizing the importance of interdisciplinary analysis and routing of different social situations and concludes that theory and practice interleave in constant dialectical movement, being inextricably linked to a serious and competent professional intervention.

Keywords: Professional training. Professional intervention. Social Service.

Recebido em: 02/008/2012. Aceito em: 25/09/2012.

¹ Entendemos que não há unanimidade junto à categoria de profissionais em relação às concepções sobre "intervenção profissional", "exercício profissional" ou "prática profissional". Compreendendo a polêmica em torno dessas expressões, optamos neste trabalho utilizá-las como sinônimo, sem entrar no debate das mesmas já que não é isto que se propõe no presente artigo.

^{*} Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: tkleba@gmail.com

^{**} Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: edalearibeiro@gmail.com

Introdução

O exercício profissional, em qualquer espaço sócio ocupacional pressupõe “compreender a realidade no seu movimento, captar nela possibilidades de ação, priorizar, planejar, executar e avaliar, num movimento permanente contínuo e conjunto (...)” (Vasconcelos, 2003, p. 416), articulando-se com outros profissionais, adotando uma postura política favorável aos usuários, estabelecendo redes para configurar uma força social em busca de uma sociedade justa e igualitária.

Considerando essa afirmação, pretendemos neste ensaio, apresentar alguns pressupostos para a intervenção profissional em Serviço Social, a partir de nossa experiência enquanto docentes de uma das disciplinas que enfoca “Processos de Trabalho e Serviço Social” no Curso de Serviço Social da UFSC, trazendo para o debate elementos que perpassam o cotidiano de prática nos mais diversos campos de estágio bem como das instituições que contratam assistentes sociais a partir de uma inquietação sobre a produção incipiente acerca do tema, face o caráter interventivo da profissão.

No encaminhamento de nossas reflexões partimos do pressuposto que o espaço privilegiado da intervenção profissional é o cotidiano das instituições; é ali que se descortina o “mundo da vida”, que por sua vez demanda uma determinada compreensão de realidade e onde teoria e prática são indissociáveis. Nesse sentido, para efeitos didático-pedagógicos destacaremos alguns elementos que consideramos importantes no exercício profissional, ousando dialogar para além das verdades únicas e entendendo que a compreensão da realidade pode e deve ser analisada na perspectiva do pluralismo teórico metodológico.

Campos de atuação e atribuições da profissão

As inúmeras Instituições que contratam assistentes sociais formam um vasto campo de possibilidades (espaços) para o exercício profissional e possuem ingerência em diferentes âmbitos territoriais: municipal, estadual ou federal. Em relação ao formato jurídico podem ser de caráter público, tanto na esfera do executivo como do judiciário, ou de caráter privado como:

empresas, instituições filantrópicas, associações, cooperativas, fundações e outras.

A maioria destas Instituições tem seus objetivos e finalidades definidos (público alvo, critérios de seleção, oferta de serviços, programas, projetos), integram uma determinada conjuntura socioeconômica e estão inseridas em redes que envolvem alianças políticas. De forma geral, a intervenção profissional nesses espaços explicita situações sociais que afetam as condições materiais da população, em particular os setores mais empobrecidos. A prestação de serviços sócio-assistenciais é uma das ações interventivas, seguida de ações de gerência e planejamento, administrativas, de mobilização e organização social, de assessoria e consultoria entre outras.

Elencamos a seguir, algumas das principais atividades desenvolvidas, atualmente, pelos profissionais de serviço social, com base em nossa experiência profissional e de docência:

- Prestação de serviços sócios assistenciais em instituições públicas como Prefeituras Municipais (através de seus diferentes Programas), Hospitais, Postos de Saúde, Tribunais de Justiça, Fóruns e Juizados; Empresas; Organizações sem fins lucrativos de caráter público, Instituições Filantrópicas, Culturais, de apoio ou defesa a determinados grupos de pessoas entre outras.

- Ações de administração, gerência e planejamento, participação na elaboração dos Planos Plurianuais, das propostas orçamentárias, da elaboração de Programas e Projetos, tanto em Instituições públicas como privadas;

- Ações de Assessoria e/ou Consultoria junto a Instituições públicas ou privadas, Empresas, Movimentos Sociais, Conselhos de Direito, Fóruns, Conferências de Políticas Públicas entre outros.

- Ações Sócio-educativas – tanto em Instituições públicas como privadas, junto a Escolas, Colégios, Educandários, Organizações Não Governamentais entre outras.

Estas atividades são orientadas por diversas competências que circunscrevem o exercício da profissão, conforme o artigo 5º da Lei 8.662/93, bem como pelas atribuições privativas do Serviço Social, a saber: coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos *na área de*

Serviço Social; planejar, organizar e administrar programas e projetos em *Unidade de Serviço Social*; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em *matéria de Serviço Social*; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre *matéria de Serviço Social*; treinar, avaliar e supervisionar diretamente *estagiários de Serviço Social*; coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre *assuntos de Serviço Social*; dirigir *serviços técnicos de Serviço Social* em entidades públicas ou privadas.

O espaço institucional como *locus* de possibilidades

Toda prática profissional é desenvolvida junto a uma Instituição, que por sua vez está inserida em uma dada realidade, cuja dinâmica é orientada por normas, regras, valores, princípios morais, disputas políticas e ideológicas que repercutem e consolidam a estrutura dessas instituições.

Esta estrutura envolve um conjunto de sujeitos concretos, submetidos a uma determinada hierarquia (organograma), que também seguem essas regras, normas e parâmetros de atuação. Este formato estrutural evidencia que o cotidiano das instituições é permeado pela correlação de forças que envolvem, de um lado, a direção da instituição: gestores, executivos, administradores, os que delegam as funções e exercem poderes; e de outro, os trabalhadores, empregados que tanto podem ser os profissionais, funcionários qualificados ou não, contratados para a execução e prestação dos serviços, bem como os usuários que recorrem à mesma em busca dos serviços oferecidos.

Ao ser contratada (o) por uma Instituição, a (o) assistente social deverá inteirar-se de todos esses aspectos que envolverão o seu cotidiano profissional compreendendo que a sua prática será marcada por interesses distintos, muitas vezes antagônicos, face aos objetivos da Instituição e os objetivos dos usuários que a ela recorrem.

A ampla maioria das Instituições que contratam assistentes sociais integra processos de organização e legitimação social e, para além do processo produtivo exercem “poderes”

político, jurídico, religioso; definem prioridades e expressam correlação de forças; por esse motivo, são acima de tudo, entidades políticas (WEISSAUPHT, 1988).

É comum vermos análises que transformam as instituições em inimigas das transformações sociais, que ressaltam o seu papel de controle e guardião das normas e valores, cristalizando seus papéis e incitando ao preconceito, numa visão althusseriana que marcou a profissão em tempos idos. São os espaços privilegiados do cotidiano de intervenção, junto as Instituições, que devem ser valorizados como bem aponta a análise de Heller, (1991, citada por SAWAIA, 1998, p. 103):

o cotidiano é o lugar do espontâneo, do hábito, do desempenho automático dos papéis, da rotina, mas é ao mesmo tempo um lugar onde a pessoa humana participa por inteiro, onde coloca em funcionamento todos os seus sentimentos, paixões, ideias e ideais. É onde apreende o mundo e nele se objetiva de forma única, dentro das possibilidades oferecidas por esse mundo. Portanto, é o lugar onde a pessoa humana vive a sua particularidade, mas também é onde pode superá-lo em direção a humanidade.

Na maioria das instituições, o atendimento dos usuários e a execução das políticas sociais estão sob a responsabilidade direta e imediata dos assistentes sociais que operam na prática. Se, de um lado, os profissionais contratados devem seguir normas contratuais, regulamentações específicas que por vezes limitam suas funções, por outro, aqui se configuram as oportunidades e possibilidades para que os mesmos materializem o projeto ético-político da nossa profissão, considerando a realidade posta que de acordo com Bravo “ressalta a construção de uma nova ordem social, com igualdade, justiça social, universalização do acesso à políticas sociais [...]” (2009, p. 401).

Apesar de nos confrontarmos, frequentemente, com a nossa “autonomia relativa” no espaço profissional, é exatamente nele que se configuram as possibilidades de sermos propositivos e criativos, planejando, discutindo, analisando e executando programas e projetos. É neste “espaço do possível” que podemos efetivar uma intervenção crítica sustentada pelas particularidades teórico-metodológicas da nossa profissão.

A clareza profissional acerca do “Código de Ética” que orienta a profissão bem como a Lei que a regulamenta são elementos fundamentais para garantir uma intervenção competente teórica, técnica e politicamente, contribuindo para que o profissional não confunda objetivos da Instituição com objetivos da profissão. Daí inclusive, a importância de identificarmos claramente o objeto de nossa intervenção nos distintos espaços sócio-institucionais.

Apropriação do objeto de intervenção

Ao se inserir no mercado de trabalho o profissional de Serviço Social deve apropriar-se do objeto que constitui o cotidiano de sua prática. Discussões sobre o objeto de intervenção das (os) Assistentes Sociais têm sido feitas ao longo da história da profissão², e as diretrizes curriculares no contexto da maioria das Escolas de Serviço Social, no Brasil, definem a “questão social” nas suas diferentes expressões, como sendo o objeto do Serviço Social. Concordamos com Ianni (2004) quando este afirma que

a questão social expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais, e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. Envolve, simultaneamente, uma luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 2004, p.103).

Nesta perspectiva, o profissional de Serviço Social, ao se apropriar do objeto de intervenção, deve estar atento às dimensões que envolvem relações de classe, gênero, raça/etnia, geração, bem como incluir na análise do exercício de suas práticas, as dimensões culturais, as convicções religiosas e éticas dos usuários, assim como os componentes afetivos e emocionais, pois como afirma Sawaia (1998, p. 105) “as relações sociais não são apenas cognitivas ou sociais, elas têm carga afetiva, bem como os sentimentos não são somente pulsões naturais [...]; são repre-

sentações sociais que além da singularidade, expressam determinações sociais complexas”.

Ao atender e acolher os usuários – geralmente fragilizados, excluídos de algum direito, carente de necessidades básicas ou para além delas, o assistente social intervém na perspectiva de fortalecimento, inclusão, garantia de direito e de resgate da cidadania desse sujeito. Recuperar sua condição de cidadão pressupõe potencializar o exercício profissional, articulando o individual ao coletivo; todas as pessoas que recorrem ao serviço social (usuários) convivem em um determinado espaço geográfico e devem sentir-se incluídas, ter sua dignidade de cidadãos reconhecida na sociedade em que vivem e na comunidade onde habitam. Priorizar o trabalho coletivo, com ações a partir dos locais onde habitam os usuários, através de encontros entre os moradores, assembleias, processos de grupo é uma importante perspectiva metodológica no processo interventivo da profissão. É aqui, também, que se abrem as possibilidades para um trabalho que contemple a dimensão do controle social pelos cidadãos, em relação ao Estado.

Faleiros que nos convida a “reprocessar o objeto de intervenção” (2001, p. 23), quando afirma que “tanto a sociedade como a profissão são construídas na dinâmica das relações sociais implicando lutas de poder, saber” (2001, p. 25). Seguindo este entendimento, o objeto de intervenção do Serviço Social materializa-se na situação que envolve os sujeitos atendidos pela Instituição, a partir dos serviços por ela oferecidos, como por exemplo: crianças em situação de risco social, adolescentes em conflito com a lei, idosos em situação de violação dos direitos, famílias em situação de vulnerabilidade social, mulheres em situação de violência, população reivindicando moradia entre tantas outras.

Nesta perspectiva, todo objeto de intervenção do Serviço Social deve ser entendido em um contexto de entrecruzamento de conceitos que nos permita entender como as expressões da questão social se materializam em determinada realidade, considerando que estas são mediatizadas também por relações de gênero, raça/etnia, geracional entre outras. Os usuários que recorrem a uma Instituição procurando serviços sociais, além de serem trabalhadores empobrecidos, constituem-se em sujeitos cuja identidade perpassa as questões de raça/etnia, de gênero, geração, entre outras.

² A Revista *Temporalis* N° 03, Brasília, publicada pela ABEPSS, 2004 enfoca a “questão social” como objeto do Serviço Social trazendo as concepções de Iannotti, Yazbek, Pereira e Neto; por sua vez, FALEIROS, discute o objeto do Serviço Social em seu livro: *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2001.

Outro elemento importante que perpassa o cotidiano de intervenção profissional do Serviço Social é a correlação de forças a que está submetido na estrutura hierárquica da Instituição (geralmente a um gerente, diretor, supervisor, quando não pela primeira dama do município). Esta correlação de forças envolve questões de poder, definição de prioridades para o encaminhamento e resolução das demandas que ali chegam e que repercute na escassez (ou não) de recursos, decorrente de disputas políticas em torno das definições de prioridades. Não há como o profissional de serviço social desconsiderar este elemento no seu exercício profissional, já que este fator tem impacto direto na sua ação.

Mas é importante assinalar o que afirma Baptista (1998, p. 113):

Se por um lado, a instituição tem o monopólio do objeto e dos recursos institucionais, se é ela que define o significado objetivo do papel do profissional e a expectativa que existe em relação a ele, por outro lado, é o modo particular, subjetivo, como o profissional elabora a sua situação, estabelecendo sua própria ordem de relevâncias que vai dar sentido a seu trabalho.

Para além dessa forma hierárquica de poder, outra forma de conceber essas relações de força é a partir do entendimento de Michel Foucault (1987), para o qual o exercício do poder sempre ocorre entre sujeitos que são capazes de resistir, em muitas e variadas direções como se fosse uma rede. No espaço institucional geralmente ocorrem relações que perpassam os “micropoderes”, ou seja, relações laterais e verticais que circulam entre colegas e equipe de trabalho e conforme Foucault (1987) é importante percebermos os efeitos dessas relações como estratégias, táticas, técnicas e funcionamentos, que por sua vez são resistidas, contestadas e respondidas.

Portanto, nossa intervenção profissional deve ser entendida de forma estratégica, no estabelecimento constante de redes de relações dentro do espaço sócio institucional caracterizado por uma “multiplicidade de pontos de resistência”.

Procedimentos Metodológicos para a intervenção profissional

Para que as (os) assistentes sociais tenham a possibilidade de intervir na direção dos interesses dos usuários – priorizando o resgate destes como sujeitos de direitos sociais, o trabalho profissional exige procedimentos metodológicos claros e objetivos. Com base na nossa experiência de docentes que interagem com profissionais no exercício cotidiano da profissão bem como com estudantes nos campos de estágio em Serviço Social, elencamos alguns procedimentos que consideramos importantes para a intervenção profissional³ :

- a) Definição do objeto de intervenção profissional considerando os objetivos⁴, finalidades e critérios de atendimento de cada Instituição; esse procedimento requer um profundo conhecimento por parte do profissional de Serviço Social acerca da Instituição que o contratou: sua estrutura burocrática, formato jurídico (leis, normas, regras que a conduzem), estrutura hierárquica (correlação de forças), direção política (ou religiosa, no caso das Instituições Filantrópicas), entre outros.
- b) Identificação das necessidades dos usuários que pode ser conhecida e construída através de levantamento sócio econômico, entrevistas, visitas domiciliares, fichas, prontuários, documentação institucional, estudos já efetuados propondo, sempre que possível, com os usuários, um plano de ação que possibilite a resolutividade das demandas na perspectiva dos direitos e da cidadania;
- c) Utilização de instrumentos e técnicas durante o processo de intervenção tais como acolhimento, escuta social qualificada, observação participante, entrevista, levantamento socioeconômico, visita domiciliar, trabalho com grupos, informação e

³ Para a construção desses procedimentos, tivemos como parâmetro as sugestões de Ana Maria de Vasconcelos (2003) e as propostas de Teresa Zamanillo e Lourdes Gaitán (1991).

⁴ É importante destacar que os objetivos da Instituição geralmente são distintos dos objetivos da profissão. Daí a necessidade de clareza na identificação tanto do objetivo como do objeto.

documentação (conhecimentos de informática, elaboração de relatórios técnicos, levantamento das redes sócio assistenciais, cartilhas informativas) entre outros; é a partir das formas de comunicação (oral e escrita) no espaço das instituições que o profissional de serviço social poderá criar, construir e utilizar diferentes instrumentos.

- d) Compreensão da realidade social mais ampla e local (leitura de conjuntura) tomando como referência a Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município, a Lei de Diretrizes Orçamentária, análise das Políticas Municipais o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão, não só tornando-os públicos para os usuários atendidos, mas transformando-os em instrumentos de defesa e objeto de reivindicação e luta. Esse conhecimento requer apropriação prévia por parte do profissional de serviço social contratado, para entender o processo de correlação de forças em que está inserido e o grau de controle social exercido seja pelo Estado ou pela Sociedade Civil na sua relação com o Estado.
- e) Organização e planejamento do trabalho profissional, com base em estudos e pesquisas que deem visibilidade às necessidades e interesses dos segmentos com os quais está trabalhando; conhecimento sobre as políticas sociais a qual a instituição está vinculada (habitação, saúde, assistência social, criança e adolescente, idoso, mulheres entre outras);
- f) Levantamento de recursos humanos, materiais e financeiros que a Instituição dispõe para a resolução das necessidades e das demandas trazidas pelos usuários; conhecimento sobre as diferentes fontes de recursos disponíveis e possíveis de serem acessados e/ou conquistados e das informações necessárias a este processo e os recursos;
- g) Intervenção centrada na perspectiva de redes: ter conhecimento das redes sócio assistenciais existentes no Município, Estado ou Federação (exemplo: CADÚnico), no sentido de articular com colegas profissionais da mesma área o correto

encaminhamento dos usuários para os lugares onde estes efetivamente possam ter seus direitos garantidos com a eficiência e a qualidade que um atendimento profissional competente e comprometido requer.

- h) Democratização de informações e conhecimentos necessários e fundamentais tendo em vista o controle social e a participação cultural e política, o que exige a transformação das condições de subalternidade cultural e política dos sujeitos que acessam, processam e trabalham estas informações, sejam assistentes sociais, usuários, corpo técnico ou outros;
- i) Participação nos mecanismos de controle social assegurados pela Constituição Federal – os Conselhos de Direitos e de Políticas – em cada área específica de atuação (saúde, idoso, criança e adolescente, assistência social, educação, direitos das mulheres, da juventude, dos portadores de deficiência, meio ambiente entre outros), nos seus vários níveis de gestão: municipal, estadual e federal. Reconhecimento da importância da participação de representantes dos profissionais e dos usuários nos Conselhos e Fóruns, fomentando a articulação entre estas instâncias, incentivando a participação em Conferências de Políticas Públicas, contribuindo para a realização sistemática do controle social.

A complexidade das situações que se apresentam no cotidiano de prática profissional nos campos de atuação das (dos) assistentes sociais demonstra a multidimensionalidade das formas contemporâneas de exploração, desigualdade, opressão e de luta social a que os sujeitos com os quais trabalhamos estão submetidos. Daí a importância de uma perspectiva interdisciplinar no exercício profissional.

Abertura para a Interdisciplinaridade

A amplitude de expressões da questão social que se apresentam no cotidiano de intervenção do serviço social nos faz entender que uma profissão sozinha não dá conta de assumir os encaminhamentos e soluções para as diferentes situações sociais, ou seja, faz-se cada vez mais necessário o diálogo com diferentes disciplinas.

Para Leis (2006, p. 106) a interdisciplinaridade “deve ser entendida como o conjunto de princípios facilitadores do diálogo entre as disciplinas, de forma a permitir restabelecer um visãõ do todo e revelar a complexidade deste todo e das inúmeras teias de relações presentes”.

Apesar da dimensão e da especificidade de sua proposta profissional, o serviço social é uma profissão que ao produzir conhecimento insere-se no contexto das “ciências sociais aplicadas” e a originalidade do conhecimento construído, necessariamente articula-se com as disciplinas que integram as Ciências Humanas.

Neste sentido, afirma Vasconcelos: “o serviço social constitui um campo aplicado de conhecimento tipicamente interdisciplinar, com fortes contribuições da sociologia, economia, ciência política, filosofia, antropologia, psicologia entre outros” (VASCONCELOS, 2007, p. 16).

As múltiplas expressões da questão social que se apresentam no cotidiano de intervenção profissional requerem, portanto, um conhecimento crítico que

seja capaz de considerar e fazer interagir estas diversas epistemologias, campos de saber e paradigmas particulares, sem cair nas conhecidas estratégias de julgar e reduzir as diversas perspectivas por meio de uma metateoria ou narrativa onipotente o suficiente para imperializar todos os demais campos, que chamamos de ‘imperialismo epistemológico’ (VASCONCELOS, 2007, p. 13).

O imperialismo epistemológico, para Vasconcelos (2007) é quando uma teoria considera-se onipotente a tal ponto de capturar a essência de todos os sentidos implícitos na história e dos fenômenos culturais e subjetivos, reduzindo toda a complexidade da vida social e humana à dinâmica da esfera da produção, acumulação e das classes sociais.

As constantes mudanças que afetam a realidade contemporânea exigem do Serviço Social uma postura de abertura para as interfaces com a epistemologia do saber social e político. Neste sentido, pensamos a interdisciplinaridade, acima de tudo como uma postura profissional que, conforme Rodrigues (1998, p. 156), “permite se pôr a transitar o ‘espaço da diferença’ com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade de ângulos que um determinado objeto investigado é capaz de proporcionar (...)”.

Temos constatado que no Serviço Social contemporâneo, há uma dificuldade estrutural em relação à diferentes formas de abordar o real, ou seja, ainda encontramos forte resistência no meio acadêmico, a uma abertura para interdisciplinaridade, que por sua vez, requer um diálogo com teorias contemporâneas.

Entre os principais obstáculos para a prática interdisciplinar, Vasconcelos (2007), aponta a confusão entre pluralismo e ecletismo teórico.

Para o autor, ecletismo é

a conciliação, e o uso simultâneo, linear e indiscriminado de teorias e pontos de vista teóricos e éticos diversos sem considerar as diferenças e incompatibilidades na origem histórica, na base conceitual e epistemológica, e nas implicações éticas, ideológica e políticas de cada um dos pontos de vista (VASCONCELOS, 2007, p. 108).

Para explicar o pluralismo, Vasconcelos (2007) retoma de Coutinho (1991) o postulado que “não há ciência que esgote o real, pois ela é sempre aproximativa”. Pluralismo, para Coutinho, é a abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia. Coutinho ainda nos chama a atenção pelo fato de que “a produção de verdade nas ciências sociais é sempre atravessada por valores e concepções de mundo, que são objetivados ao serem compartilhados intersubjetivamente por conjuntos substantivos de pessoas” (Coutinho, 1991, citado por VASCONCELOS, 2007, p. 109).

É importante, pois, sabermos distinguir entre ecletismo e pluralismo contribuindo para novos parâmetros na construção de conhecimento nos abrindo para o diálogo com os diferentes modos de pensar e respeitando as diferentes verdades sem achar que uma única é a verdadeira e onipotente.

Se concordarmos com a premissa de que nenhuma profissão é absoluta, assim como não o é nenhum conhecimento, concordamos com Rodrigues (1998, p. 156) quando afirma que:

sob o prisma da interdisciplinaridade pode-se revelar uma alternativa para transpor as fronteiras instituídas pelas profissões, superar endogenias, deixar de falar só com os mesmos, e, quem sabe, diluir as vaidades pessoais que o exercício acadêmico insiste em fomentar.

Nesse sentido, optamos em apresentar esse artigo com uma linguagem de fácil acesso com intuito de contribuir para possíveis reflexões no âmbito acadêmico, desconstruindo a rigidez dos parâmetros científicos adotados para publicações, com base na metáfora dos pescadores, de Rubem Alves (2009). Dialogando com os “que moram nos templos da ciência”, este autor nos convida a refletir sobre “o que é científico”. Narra que um colega aposentado com todas as credenciais e titulações decepcionou-se, porque apresentou uma compilação sobre o que aprendeu durante toda a sua vida para ser publicado, mas uma “confraria” de cientistas alegou que aquilo não era científico. Para estes, só seria reconhecido como ciência se fosse “pego com as redes dos pescadores da confraria”, se falasse na mesma linguagem, se utilizasse os mesmos regulamentos, se seguisse a mesma linha de pensamento e aceitasse como única verdade, a verdade da confraria.

Portanto, deixamos claro, neste ensaio que, no cotidiano de nossas práticas profissionais, além dos peixes destinados às redes de uma determinada confraria, encontramos sabiás, flores, convivemos com pessoas, vivenciamos conflitos, relações e afetos e entendemos que junto ao espaço das Instituições, os profissionais de serviço social se inserem em uma realidade que, para ser analisada, requer uma perspectiva interdisciplinar.

A teoria e a prática intercalando-se num movimento dialético

Ao explicarmos os procedimentos teórico-metodológicos da nossa profissão para os acadêmicos de Serviço Social, costumamos representá-los com uma figura de linguagem, ou seja, através do desenho de uma espiral, que segue uma linha horizontal e intercala na parte superior de cada curva (da espiral) a palavra teoria (reflexão), e na parte inferior de cada curva a palavra ação (intervenção). Com essa forma de representação queremos demonstrar que teoria e prática intercalam-se, articulam-se e imbricam-se em um constante movimento dialético, no acompanhamento das transformações da realidade, no desenvolvimento socioeconômico, histórico, político e cultural de cada sociedade. Por conseguinte, a profissão é desafiada a

dialogar com distintas construções teóricas que acompanham, refletem e analisam as transformações da realidade social, como afirma Baptista (1998, p. 119):

A construção do saber do profissional de serviço social, tendo como horizonte a intervenção, realiza um tríplice movimento: de crítica, de construção de um conhecimento novo e de uma nova síntese no plano do conhecimento e da ação, em um movimento que vai do particular para o universal e retoma ao particular em outro patamar, desenhando um movimento em espiral de relação ação/conhecimento, de pontos de situação/pontos de lançamento.

Para ilustrar esse movimento dialético em forma de espiral refletimos com as (os) estudantes sobre as diferentes etapas da trajetória profissional iniciando com o surgimento da profissão no Brasil, nos anos de 1930, inserida na sociedade capitalista nascente e as respostas teórico-metodológicas construídas para a intervenção profissional daquela época.

Temos um contexto social, econômico e político de mudança: é o capital industrial nascente que domina a política brasileira, um país ainda eminentemente rural. O Estado de Bem Estar Social estrutura-se vagarosamente com o surgimento das primeiras políticas sociais voltadas, principalmente, para as nascentes classes trabalhadoras urbanas. A compreensão da profissão neste período era de que os “problemas” sociais eram fruto do desajuste dos sujeitos, ou seja, das disfunções que a sociedade vivia. As respostas da profissão eram a de adaptação dos sujeitos ao novo contexto social.

Avançando na espiral do tempo, a década de 1960 traz um novo contexto social, econômico e político: grande efervescência política; movimentos sociais no campo e na cidade; o povo exigindo respostas à grave situação social; crescente industrialização e urbanização. Problemas de moradia, infra-estrutura urbana, condições de trabalho, e outros.

Seguindo a ideia de movimento em espiral, o serviço social procura, enquanto profissão, dar respostas a esta nova realidade; vivemos o movimento de reconceituação, que resultou em uma nova compreensão da profissão acerca desta realidade. Surge um serviço social engajado e militante, comprometido com as lutas políticas

do povo. Complexifica-se o contexto social e a profissão exige respostas a este novo contexto.

Já na década de 1990 surge uma nova realidade, o processo de globalização a partir do ideário neoliberal, o desmonte do Estado de Bem Estar Social, novos sujeitos sociais em cena demandando questões ligadas a movimentos específicos (socioculturais) trazendo para o bojo as lutas contra a discriminação, opressão e violência como é o caso da situação dos negros, dos indígenas, dos homossexuais, as questões de gênero que envolvem os direitos reprodutivos, a violência contra mulheres, o abuso sexual contra crianças e adolescentes, homofobia entre outras.

As “velhas” desigualdades se intensificam: o inchaço das grandes cidades repercutindo em falta de moradia, desemprego em grande escala decorrente da reestruturação no mundo do trabalho. São exigidas da profissão novas leituras acerca desta realidade já multifacetada e complexa. Uma delas, ainda polêmica no serviço social é a necessidade de compreender que para além das desigualdades de classe, também se articulam no cotidiano de atendimento profissional, desigualdades de gênero, de raça/etnia, de gerações entre outras.

Chegamos ao ano de 2012 com uma realidade bem diferente daquela do início de nossa profissão (demarcada no início da espiral), que por sua vez exige um profissional atento às constantes transformações, que possa acompanhar o desenvolvimento tecnológico incorporando novos instrumentos de ação como as tecnologias da informação; que possa inteirar-se da problemática dos desastres ambientais exigindo da profissão a aproximação com esta discussão; que possa abrir-se para a compreensão do que seja interculturalidade, conflitos religiosos, étnicos, entre outros.

Este contexto exige respostas de uma profissão marcadamente interventiva e requer aprofundamento e consolidação de referências teóricas para o embasamento da prática. Concordamos que atualmente, o compromisso ético-político com as classes empobrecidas (excluídas dos direitos mínimos) se materializa no Código de Ética, e as exigências de uma sólida formação profissional é condição *sine qua non* para um exercício competente.

Entretanto, lacunas ainda persistem e o movimento dialético representado pela espiral

é exatamente isto – novo contexto, que exige novas leituras que vão implicar em novas respostas, mais complexas, mais abrangentes, mais amplas. Portanto, não há como estagnar no tempo, agarrar-se a verdades como se estas fossem imutáveis, porque a realidade social tampouco o é.

A nossa intenção neste ensaio, em trazer para a reflexão a metáfora do movimento em espiral é sobretudo marcar a importância da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de intervenção em serviço social, concordando com Odária Battini (1994) quando afirma que é necessário superar a “falsa dicotomia” entre a atitude investigativa e a formação profissional. Para corroborar essa perspectiva, Battini traz uma citação de Nobuco Kameyama, que já se manifestava em 1985, sobre a impossibilidade dessa separação:

A teoria e a prática constituem, portanto aspectos inseparáveis do conhecimento e devem ser consideradas na sua unidade levando em conta que toda a teoria não só se nutre da prática social e histórica como também representa uma força transformadora que indica à prática os caminhos da transformação (KAMEYAMA, 1985, citado por BATTINI, 1994, p. 143).

Abrir-se para um diálogo plural com as diferentes perspectivas teóricas que também trazem uma análise sobre as mudanças que a realidade contemporânea vem apontando é o que sugerimos para os colegas de profissão. Lançar diferentes olhares sobre a construção do conhecimento em serviço social e abrir-se para as teorias contemporâneas rompendo com as fronteiras interdisciplinares possibilitando entender a complexidade dos fenômenos sociais, que tem se apresentado de forma multidimensional nas diferentes formas contemporâneas de opressão e lutas sociais engendradas e discutidas, por exemplo, nos últimos Fóruns Sociais Mundiais.

Fredric Jameson (1988), importante teórico crítico contemporâneo, coloca como desafio epistemológico para a construção do conhecimento:

Fazer um inventário de diversas estruturas de limitação vividas pelos vários grupos sociais marginalizados, oprimidos e dominados (...) tão plenamente como as classes trabalhadoras – com a diferença que cada forma de

privação é reconhecida como produzindo sua própria e particular epistemologia, sua própria visão a partir de baixo, e sua própria reivindicação por verdades específicas (JAMESON, 1988, p. 77, citado por VASCONCELOS, 2007, p. 13)

A complexidade dos fenômenos sociais requer, portanto, que a (o) profissional de serviço social tenha clareza do referencial teórico que orienta o seu exercício profissional num movimento constante de construção e reconstrução de conceitos ou paradigmas de análise sobre a leitura da realidade. É preciso compreender que as teorias são provisórias; é preciso colocá-las em movimento, visualizando-as mais como pressupostos do que categorias rígidas, fixas e imutáveis.

É fundamental que o profissional de serviço social reconheça a importância da teoria, porém, que a mesma não seja utilizada como um “cavalo de força”, uma vez que as teorias são formulações que servem para nortear reflexões, estabilizam provisoriamente determinadas interpretações, porém, são fluídas, modificam-se, atualizam-se acompanhando o movimento dialético da própria realidade.

Essa nova postura investigativa requer do profissional de serviço social uma abertura para um diálogo plural e democrático na perspectiva da interdisciplinaridade.

Reflexões conclusivas

Os desafios em relação a intervenção profissional estão postos e são muitos, para uma profissão que tem crescido por sua competência e valor nas esferas sociais e políticas. Deixamos aqui, algumas reflexões no sentido de contribuir para uma formação profissional que permita ao assistente social ter sempre em mente a compreensão do movimento em espiral da dinâmica estrutural e conjuntural da realidade socioeconômica, política e cultural em constante mudança, quer seja na dimensão nacional, nos recortes regionais ou municipais.

Defendemos nesse ensaio, que o afeto, a abertura para as diferenças, as emoções que afloram no dia-a-dia da prática profissional, as carências e as necessidades dos sujeitos que vem ao nosso encontro no cotidiano de atendimento são questões sócio-políticas, assim como

as instituições, as classes sociais, as relações de poder estão permeadas de subjetividade. Que no processo de mediação entre o indivíduo e a estrutura social, entre o usuário e a instituição possamos refletir com Sawaia (1998, p. 101): “mediação não é apenas passagem no outro, mas é a introdução do outro em si. É conseguir que eu me torne o outro de mim mesmo”.

Acreditamos que as e os acadêmicos em processo de formação, considerando os pressupostos acima apresentados, bem como nossas colegas profissionais de serviço social, ao acompanhar as transformações no mundo do trabalho, abrir-se-ão para as interfaces da questão social que se materializam nas relações de gênero, raça/etnia e gerações. Que no cotidiano de suas práticas possam contribuir para a explicitação das demandas dos usuários transformando-as em políticas sociais que vão se engendrando na esfera do Estado e se desdobrando nas organizações públicas e privadas, e dar concretude a ação interventiva, participando na formulação, implementação e execução dessas políticas.

Reafirmamos a importância da formação profissional que gere assistentes sociais críticos e inovadores diante da complexidade dos fenômenos sociais abrindo-se aos processos de organização dos sujeitos na esfera individual e coletiva reinventando a cultura política numa perspectiva justa e igualitária, mas também ético e humanizadora da vida.

Referências

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência – o dilema da educação**. São Paulo: Loyola, 20^a. Edição, 2009.

BAPTISTA, Myriam Veras. A ação profissional no cotidiano. In: MARTINELLI, Maria Lúcia, RODRIGUES, Maria Lucia, MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas de saber**. 2^a ed. São Paulo: Cortez Editora & EDUC, 1998.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia. In: **Serviço Social e Sociedade 45**. São Paulo: Cortez, 1994, p.137-141.

BRAVO, Maria Inês Souza. O trabalho do Assistente Social nas instâncias públicas e democráticas. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.394-410.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

IANNI, Octavio. A Questão Social. In: Octavio Ianni. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 73**. Florianópolis: UFSC, 2006

RODRIGUES, Maria Lucia. O Serviço Social e a perspectiva interdisciplinar. In: MARTINELLI, Maria Lúcia, RODRIGUES, Maria Lucia, MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas de saber**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora & EDUC, 1998.

SAWAIA, Bader Burihan. A falsa cisão retalhadora do homem. In: MARTINELLI, Maria Lúcia, RODRIGUES, Maria Lucia, MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas de saber**. 2ª ed. São Paulo, Cortez Editora & EDUC, 1998.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço social – cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. São Paulo: Cortez, 2003.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar – epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

WEISSHAUPT, Jean Robert (Org.). **As funções sócio-institucionais do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1988.

ZAMANILLO, Teresa, GAITÁN, Lourdes. **Para comprender el trabajo social**. Navarra (Espanha): Editorial Verbo Divino, 1991.